



## Geopolíticas da transposição do Rio São Francisco no Jornal do Comercio de Pernambuco e na Folha de S. Paulo

Sonia Aguiar <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo ensaia uma reflexão sobre a influência de referenciais geopolíticos sobre os critérios de noticiabilidade e de enquadramento editorial, que podem ser observados na cobertura jornalística da transposição do Rio São Francisco em dois diários brasileiros: um de âmbito regional, o Jornal do Comercio, com sede em Recife, mas de circulação não restrita ao estado de Pernambuco; outro que se propõe a ser nacional, apesar do forte vínculo com seu estado de origem, a Folha de São Paulo. A análise comparativa evidencia que o Rio é tratado como um recurso estratégico em disputa, com interesses políticos e econômicos que se diferenciam conforme a escala geográfica de que são abordados.

**Palavras-chave:** jornalismo ambiental; agendamento; mídia e recursos hídricos; imprensa regional;

### 1. Introdução

Este artigo ensaia uma reflexão sobre a influência de referenciais geopolíticos sobre os critérios de noticiabilidade e de enquadramento editorial, que podem ser observados na cobertura jornalística da transposição do Rio São Francisco em dois diários

---

<sup>1</sup> Dra em Comunicação/ Ciência da Informação, profª do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – <http://licaufs.blogspot.com/>

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
(Universidade Federal do Maranhão, São Luís), novembro de 2010

:.....

brasileiros: um de âmbito regional, o Jornal do Commercio, com sede em Recife, mas de circulação não restrita ao estado de Pernambuco; outro que se propõe a ser nacional, apesar do forte vínculo com seu estado de origem, a Folha de São Paulo. Parte-se da premissa de que a controvérsia gerada pelo projeto do governo Lula (contra e a favor) possui motivações estratégicas diferenciadas nos contextos nacional e regional.

Essa diferenciação torna-se evidente a partir da antecipação do debate sobre a transposição promovida pelo Pool de Jornais do Nordeste, antes mesmo que o governo federal tivesse concluído os estudos de viabilidade para o projeto. O grupo foi formado no ano 2000 pelas empresas jornalísticas que editam os diários de maior circulação em seus respectivos estados (Jornal do Commercio, de Recife, Tribuna do Norte, de Natal, Diário do Nordeste, de Fortaleza, Correio da Paraíba, Gazeta de Alagoas, O Estado do Maranhão e Meio Norte, do Piauí).

A primeira iniciativa do grupo – do qual não faz parte nenhum veículo de Sergipe e Bahia, contrários à transposição – foi o lançamento do suplemento “Cadernos do Nordeste”<sup>2</sup>, com edição dedicada ao tema “recursos hídricos”, na qual defende claramente a transposição, embora dê voz a opositores e a argumentos controversos. Na época, ainda se discutia a formulação de um Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, mas os estudos sobre a viabilidade da transposição de águas entre bacias avançavam rapidamente com a dotação orçamentária prevista para esse fim pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Integração Nacional era, então, o potiguar Fernando Bezerra, que assegurava que as águas transpostas seriam destinadas a múltiplos usos de uma população estimada em 8 milhões de pessoas, em 268 cidades. Agora, a estimativa para 2025 é de cerca de 12 milhões de beneficiários em 391 municípios. Em 1999, a transposição fazia parte do programa governamental “Avança Brasil”, de FHC; em 2009, tornou-se uma das estrelas do PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento coordenado pela ainda chefe da Casa Civil do governo Lula Dilma Rouseff.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/jun\\_rio.htm](http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/jun_rio.htm)

Considerando-se que o Rio São Francisco é um recurso hídrico de importância nacional e regional, e que qualquer intervenção em seu curso provoca impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos inevitáveis, a análise da cobertura da transposição de suas águas para bacias hidrográficas de quatro estados, além dos cinco por ele já banhados (Pernambuco é o único que faz parte dos dois grupos), levanta questões importantes para o jornalismo ambiental.

As reflexões propostas neste artigo têm origem em uma investigação mais ampla<sup>3</sup>, que aborda a transposição como um **processo** que vem gerando ciclos de notícias favoráveis e contrárias. Uma busca pela palavra-chave “transposição” na base de dados de textos completos do Jornal do Commercio<sup>4</sup> e da Folha de São Paulo revela que entre 65% e 70% de todos os textos sobre o assunto foram publicados em 2005 e 2007. Esses dois anos foram marcados pelas greves de fome do bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, que gerou várias mobilizações sociais, e pelos embates jurídicos que culminaram com a derrubada de todas as liminares contra o projeto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o início definitivo das obras para a transposição.

Além disso, observa-se nos dois veículos uma tendência a tratar a transposição mais pelo seu valor estratégico para as forças políticas e econômicas do que por seus impactos (tanto positivos quanto negativos) socioambientais e culturais para as populações e localidades “doadoras” e “receptoras” das águas do Rio. De um lado, os veículos que integram o Pool exercem um papel estratégico nos processos decisórios sobre políticas públicas e investimentos privados relacionados a uma determinada concepção de desenvolvimento local e regional. De outro, a Folha de São Paulo busca influir no debate acerca da destinação dos recursos públicos gerenciados pelo governo federal, orientada por uma perspectiva de demanda “universal” de âmbito nacional.

---

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (Pibic-UFS 2009-2011), que investiga a cobertura da transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste e em veículos de Sergipe e Bahia, que não integram o Pool.

<sup>4</sup> Os dados empíricos referentes à cobertura da transposição do Rio São Francisco no Jornal do Commercio foram coletados pelo bolsista do Pibic-UFS Erivaldo Francisco dos Santos Junior.

Tais perspectivas ratificam o “imperativo do território sobre o meio ambiente”, tal como pensado por Porto-Gonçalves (2006), e a importância da “guerra de informações” nas estratégias geopolíticas contemporâneas, como sinalizado por Vesentini, 2009.

## **2. Configurações do jornalismo ambiental**

Duas vertentes tentam dar conta do jornalismo ambiental como campo de conhecimento e de práticas: uma segue o caminho da segmentação, do jornalismo especializado, fundado na relação ciência/natureza/ecologia (REYS, 2002; HERNANDO, 2004; ALCOLEA, 2008); a outra defende uma abordagem multidisciplinar e editorialmente transversal, que não separe o meio ambiente dos seus condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos (PARRATT, 2006; BUENO, 2007; AGUIAR, 2008; GIRARDI e SCHWAAB, 2008). O jornalismo ambiental desprende-se, assim, paulatinamente, da tradicional abordagem como um subgênero do jornalismo científico, que atribuía às ciências e cientistas o privilégio explicativo dos fenômenos naturais e da relação dos seres humanos com a natureza.

Para Bueno (2007, p.13), há um desafio epistemológico a ser vencido no que diz respeito à delimitação desse campo e às suas tangências e inserções em campos correlatos. O jornalismo ambiental que este autor defende vai na contramão dos “que postulam a hegemonia das elites, promovem o monopólio de determinadas fontes ou despolitizam o debate ambiental” (idem, p.14). Mas pode ser visto por alguns como o criticado jornalismo militante ou engajado nas causas ambientais, em contraposição ao marketing verde ou à ecopropaganda. “O jornalismo ambiental, como o saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade” (idem). Nessa visão, as fontes do jornalismo ambiental devem “sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente” (idem).

Embora vários autores sinalizem um crescimento da cobertura midiática de temas ambientais desde os anos 1990, tanto em termos globais (PARRATT, 2006; COX, 2010), quanto no Brasil (BUENO, 2007; GIRARDI e SCHWAAB, 2008), estes também observam que o agendamento do debate público dessas questões pela mídia não vem seguindo uma trajetória contínua e, sim, marcada por altos e baixos, ou ciclos descontínuos. Há unanimidade, também, na percepção desses autores quanto ao tratamento dado pelos meios de comunicação aos problemas ambientais contemporâneos, predominantemente centrado em catástrofes, desastres, acidentes, previsões sombrias, e pouco afeita à discussão das suas causas, responsabilidades e soluções. A exceção ficaria por conta de uma herança preservacionista, que enaltece “santuários ecológicos” e atitudes “ecologicamente corretas”, privilegiando o indivíduo sobre o coletivo.

Se é fato o que vários autores afirmam que o jornalismo ambiental é, antes de sua temática específica, uma atividade jornalística, as constatações anteriores levam à necessidade de se questionar a utilização automática dos critérios de noticiabilidade e “valores-notícia” aplicados ao fluxo cotidiano dos acontecimentos. Valores que não se restrinjam ao aqui e agora, ao imediato, ao urgente, “que raramente se aplicam a fenômenos ambientais cuja solução requer ações com resultados a longo prazo”, como diz Parratt (2006, p. 23).

Para Alcolea (2008, p.17), a globalização do acontecimento ambiental requer novas maneiras de atuar do jornalista e novas fórmulas do fazer jornalístico, no qual a análise e a antecipação são elementos-chave. “O jornalista, que deve informar sobre ditos e feitos ecológicos, tem hoje que lutar para captar o interesse de um público sobrecarregado de tragédias, conflitos, acidentes e desastres, ou de informações pouco ou nada contextualizadas de ecologia” (ALCOLEA, 2008, p.17). Essa descontextualização faz com que temas como fontes de energia e água, por exemplo, sejam deslocados da sua condição de recursos naturais relacionados à vida em sociedade para a de mero recurso estratégico nos cálculos racionais da economia e da política.

No seu processo reducionista e fragmentário, o discurso jornalístico ignora a pluralidade de discursos ambientais em disputa pelo controle dos recursos naturais, isto é, os modos estruturados e compartilhados de apreender, interpretar, representar e defender as questões do meio ambiente (AGUIAR, 2008).

É nesse quadro-referencial que se situa a transposição do Rio São Francisco como um problema de pesquisa, inscrita no debate sobre os dilemas ambientais contemporâneos. A esse quadro somam-se as especificidades de noticiabilidade de um processo complexo como o da “integração de bacias hidrográficas” de uma região onde a distribuição desigual de recursos hídricos é controvérsia acadêmica e política há quase um século.

Na cobertura da transposição, o imediatismo só se aplica a fragmentos do processo – que remonta aos tempos do Império – como os anúncios de cada passo do projeto (relatório de impacto ambiental, edital de licitação, contratação de empreiteiras, etc). Já o conflito tende a ser exacerbado em seus aspectos dicotômicos – contra ou a favor – sem levar em conta realidades complexas, com numerosas implicações técnicas, políticas, sociais, culturais, econômicas e ecológicas que envolvem o projeto governamental. Ou seja, como conflitos bipolares, como se existisse apenas o preto e o branco, ignorando-se a variedade de tons de cinza do problema, como assinala Parratt, (2006, p. 23).

O critério de proximidade faz com que cada veículo valorize de forma diferente certos aspectos da obra. Por exemplo: para a mídia de Sergipe e Bahia, a transposição afetará negativamente as populações ribeirinhas, enquanto a de outros estados tende a destacar medidas que possam beneficiá-los, como a construção de um aqueduto, ou a inclusão de um açude na interligação; já os veículos nacionais valorizam – ou criticam – os aspectos grandiosos da obra, incluindo o seu alto custo. Além disso, nesse critério, quanto mais distante da realidade local – no caso dos veículos ditos nacionais – menor a chance de os problemas das populações afetadas (positiva ou negativamente) serem considerados nas pautas e reportagens.

Algo semelhante é verificado em relação ao critério de “novidade”: enquanto para a mídia dita nacional esta relaciona-se aos confrontos políticos e econômicos, para a imprensa regional a simples abertura de licitação para um trecho da obra é digno de nota, pois sinaliza que a “obra está andando”. Essa diferença de critérios reproduz-se

também no quesito relevância, tanto em termos nacionais quanto regionais, como já indicado no caso de Sergipe e Bahia frente aos estados “receptores” das águas do São Francisco.

### 3. Territórios do São Francisco

A relação entre ciência, tecnologia e recursos naturais diz respeito ao “desenvolvimento do conhecimento humano acerca da natureza”, que sempre intensifica e aprofunda a relação com tais recursos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.290). Não fosse assim, a transposição das águas do Rio São Francisco não teria ficado tanto tempo oscilando entre promessas e arquivamentos em gavetas governamentais, até ser viabilizada por uma gigantesca engenhosidade técnica e tecnológica, composta por “canais de terra, com seção trapezoidal, revestidos internamente por membrana plástica impermeável, com recobrimento de concreto”<sup>5</sup>.

O projeto governamental prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte, que levará água para os sertões e algumas regiões metropolitanas de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e o Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões agreste de Pernambuco e da Paraíba.

O Eixo Norte, a partir da captação no rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó – PE, percorrerá cerca de 400 km, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Ao cruzar o estado de Pernambuco este eixo disponibilizará água para atender as demandas de municípios inseridos em 3 sub-bacias do rio São Francisco: Brígida, Terra Nova e Pajeú. Para atender a região do Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110km de comprimento que derivará parte da vazão do Eixo Norte para os açudes Entre Montes e Chapéu.

(...)

O Eixo Leste que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta – PE, se desenvolverá por um caminhamento de 220 km até o rio Paraíba – PB, após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco. Para o atendimento das demandas da região agreste de Pernambuco, o projeto prevê a construção

---

<sup>5</sup> Descrição contida na síntese do Projeto de Integração do Rio São Francisco disponível no site do Ministério da Integração Nacional (<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>)

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
(Universidade Federal do Maranhão, São Luís), novembro de 2010

:.....

de um ramal de 70 km que interligará o Eixo Leste à bacia do rio Ipojuca.  
(site do MIN, acessado em 30/04/2009)<sup>6</sup>

Como observa Porto-Gonçalves (2006, p.287), na relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo, o “controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais”, em especial aqueles considerados estratégicos nos atuais padrões de desenvolvimento econômico: a água, as fontes de energia (em suas diversas matrizes) e a diversidade biológica, cuja apropriação pela espécie humana se dá por meio da cultura e da política.

O instituto capitalista da propriedade privada permite que se prive a maior parte da população mundial do acesso aos recursos naturais disponíveis no Planeta: “privar é tornar um bem escasso e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso”. Porém, esse postulado é contraditório com a idéia de riqueza, que representa “algo que é abundante, um bem comum” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288-289).

Essa dicotomia escassez/ riqueza é a base da argumentação utilizada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) para defender publicamente o que o governo Lula denominou Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Em determinada página do seu site, o rio é apresentado em toda a sua exuberância hídrica (2.700km de extensão que atravessam cinco estados, ao longo dos quais recebe 168 afluentes, sendo 99 perenes...), riqueza que pode ser vista como um “desperdício” se apenas jorrar no mar:

Depois de movimentarem os gigantescos geradores daquelas cinco hidrelétricas [Itaparica, Moxotó, Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó], as águas do São Francisco correm para o mar. Atualmente, 95% do volume médio liberado pela barragem de Sobradinho – 1.850 metros cúbicos por segundo – são despejados na foz e apenas 5% são consumidos no Vale. Nos anos chuvosos, a vazão de Sobradinho chega a ultrapassar 15 mil metros cúbicos por segundo, e todo esse **excedente** também vai para o mar (site do MIN, acessado em 30/04/2009 - grifo nosso).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>

Já para justificar a necessidade de “integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Semi-árido”, o MIN reúne uma série de indicadores de escassez devido à “irregularidade na distribuição interna dos recursos hídricos” na região que, “associada a uma discrepância nas densidades demográficas”, pode levar o Nordeste a uma situação de “estresse hídrico que se agravará ao longo deste século”.

A literatura recente sobre o Rio São Francisco também encontra-se dividida em duas vertentes: a que o trata como um bem natural configurado ambiental, social e culturalmente, mas comprometido por sucessivas intervenções em seu curso, que precisariam ser imediatamente sustadas para a sua ainda possível revitalização; e a que o encara como um recurso estratégico fundamental para a geração de energia ao país e para o desenvolvimento regional do Nordeste, sobretudo pelo seu potencial de abastecimento de água para consumo doméstico, agrícola e industrial.

Essas duas posições estiveram presentes no debate público sobre a transposição do Rio São Francisco, tal como proposta pelo governo Lula a partir de 2003, mas de uma forma que sua polarização quase nunca se tornava visível através da mídia nacional. Em geral, as posições só apareciam isoladamente, conforme os episódios gerados por um dos lados em disputa (uma greve de fome, uma audiência pública, uma caravana, uma liminar ganha ou perdida...).

O enfoque político da transposição e o papel de mediador de conflitos sobre a destinação dos recursos hídricos na região Nordeste, assumido pelo governo federal e complementado pelos governos estaduais, fica evidente nos trechos do projeto que descrevem os benefícios da obra, como por exemplo os existentes entre Paraíba e Rio Grande do Norte em relação à Bacia do Piranhas-Açu, e os gerados pela alta demanda hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

No estado do Ceará, o sistema de reservatórios que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião) já está interligado ao rio Jaguaribe através do Canal do Trabalhador (capacidade de 5 m<sup>3</sup>/s). Em função da necessidade de se levar mais água da bacia do Jaguaribe para a RMF, o Governo do Estado está construindo o Canal da Integração (capacidade de 22 m<sup>3</sup>/s), interligando o açude Castanhão às bacias do Banabuiú (maior afluente do rio Jaguaribe) e Metropolitanas. (site do MIN, acessado em 30/04/2009)

O princípio liberal da livre mobilidade dos recursos naturais não ocorre sem conseqüências ambientais e políticas, ou seja, fora de relações de poder, porque há sempre “quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares” (PORTO-GONÇALVES, p.291). São, portanto, relações espaciais de dominação/exploração que tiram dos lugares e “dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais convivem”. Para este autor, a acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento, revela a natureza das relações sociais e de poder entre os “do lugar”, e suas apropriações ou expropriações definem a fronteiras e limites dos territórios que os contêm.

Para Anibal Quijano (apud PORTO-GONÇALVES, p.292), a tensão permanente entre tecnologia e território instituiu o padrão de poder mundial, com “múltiplas relações de escalas imbricadas enquanto divisão territorial do trabalho (relação cidade-campo; intra-urbana; interurbanas; intra-regionais; inter-regionais/nacionais e internacionais).

#### **4. Disputas discursivas sobre a transposição**

O assunto “transposição” só ganha destaque na mídia a partir da década de 1990, quando entra definitivamente na agenda política do governo federal. Em 1994, o presidente Itamar Franco ressalta a importância de analisar o potencial hídrico das regiões do semi-árido e implanta o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco. No ano seguinte, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, é assinado um documento denominado “Compromisso pela Vida do São Francisco”, conseqüência das pressões que vinham sendo feitas para a revitalização do rio. Este mesmo governo aprova, em 1999, dotação orçamentária para estudos de viabilidade da transposição, que se tornariam a base do projeto apresentado em 2003 pelo governo Lula. O processo de disputa pelo controle, gestão e uso das águas do “rio da integração nacional” inclui ain-

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
(Universidade Federal do Maranhão, São Luís), novembro de 2010

:.....

da a instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e a criação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, em 2001.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – denominação que tenta anular a conotação negativa da “transposição” - foi lançado em 2003 pelo Ministério da Integração Nacional, com a realização de audiências públicas presididas pelo vice-presidente José Alencar. A partir de 2004, após a divulgação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o projeto começa a ganhar maior visibilidade na mídia e no debate público, com sua adoção como programa de governo do presidente Lula. Em 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova a transposição, mas as obras só começam em agosto de 2007, em função de várias tentativas de embargo judicial.

Todo esse processo recebeu ampla cobertura de pelo menos dois jornais diários brasileiros, o *Jornal do Commercio* (de Pernambuco)<sup>7</sup>, um dos mais antigos do Brasil e um dos de maior circulação na região Nordeste, e a *Folha de São Paulo*, o diário de maior circulação do país em 2009, segundo a Associação Nacional de Jornais<sup>8</sup>.

<b>Ano</b>	<b>Jornal do Commercio (JC)</b>	<b>Folha de São Paulo (FSP)</b>
2005-2009	655 textos publicados	514 textos publicados
2005	278 (42%) - 177 só na Economia	202 (39%)
2007	149 (23%)	162 (31%)
2005 + 2007	427 (65%)	364 (70%)
2006-08-09	228 (35%)	150 (30%)

Enquanto o JC concentrou sua cobertura na editoria de Economia, incluindo as reportagens sobre as greves de fome de D. Cappio e as manifestações contrárias à obra, a *Folha* destinou a maior parte das suas pautas à editoria Brasil e à coluna Painel. Mas apesar dessa diferença de enquadramento editorial, os dois veículos deram tratamento predominantemente político ao assunto.

---

<sup>7</sup> Localização necessário para diferenciar do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro

<sup>8</sup> <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>



**SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**  
**VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**  
**(Universidade Federal do Maranhão, São Luís), novembro de 2010**

	pio; atos de solidariedade ao bispo; proposta de plebiscito;
2. fatos rotineiros no processo de implantação do projeto e andamento das obras	Licenças e autorizações; lançamento de editais e concorrências; recebimento de propostas; adiamentos e início das obras; desapropriações e indenizações (questões fundiárias);
3. articulações e medidas do governo federal para garantir a execução do seu projeto	Ações contra os embargos jurídicos; promessa de viabilização da ferrovia Transnordestina (Lula); processo de revitalização; resolução de problemas operacionais com estados e municípios; negociação da sustentabilidade financeira do projeto exigida pela ANA; criação da subsidiária Chesf-Águas para gerenciar a destinação e o uso das águas da transposição;
4. questões relacionadas aos interesses do Estado-sede do veículo pesquisado (somente no JC)	relutância do então governador Jarbas Vasconcelos em apoiar o projeto; PE como estado doador e receptor; exigências para mudança do traçado (inclusão do Canal do Sertão); barganha com a ferrovia Transnordestina; fragilidades do estado na gestão de águas e desperdício na irrigação; disputas políticas estaduais pelos benefícios locais da transposição e obras agregadas; trabalho de georreferenciamento no “Polígono da Maconha”; expectativas x ceticismo do empresariado do estado;
5. articulações de interesses entre estados da região no processo da transposição e destinação das águas do São Francisco (apenas no JC)	Estimativas de aumento no custo/preço da água da transposição para a região; debates sobre os impactos da transposição na região; iniciativas de interesse local (CE, PB, RN, AL); transferência da gestão dos açudes federais para os estados;
6. Disputas e conflitos de interesses regionais no âmbito do governo (só na Folha)	relação da obra com o PAC, o orçamento federal e emendas parlamentares (ênfase nos custos); falas de Geddel Vieira Lima (MIN) pró-Lula e contra a BA (seu estado); influência do PMDB e do PT no andamento do projeto;

## 5. Considerações finais

Nessa breve análise, foi possível constatar que os impactos ambientais de uma obra de grande interferência em um sistema ecológico do porte do Rio São Francisco, que corta vários ecossistemas naturais e humanos, foi tratado como irrelevante pelos dois veículos. Para ambos, o Rio não passou de um recurso estratégico em disputa por diferentes interesses econômicos e políticos. No entanto, do ponto de vista geopolítico – no qual o Estado é visto como um espaço geográfico onde se dão as disputas por hegemonia – observa-se uma diferença de escalas. Enquanto a Folha pauta a “transposição” de um ponto de vista “macro”, como se olhasse o país do alto, o JC cobre o assunto com um pé no local – Pernambuco e seus municípios – e outro na região, praticamente igno-

rando as críticas “de fora”, que reivindicam a aplicação do dinheiro em educação, saúde e segurança pública, por exemplo.

Nesse enfoque, as referências a meio ambiente que aparecem no Jornal do Commercio limitam-se a questões bem pontuais: condições do licenciamento ambiental e licença de instalação dos canteiros de obras pelo Ibama; liberação de verba para elaboração de planos de gestão de resíduos e programas de revitalização dos aterros nas margens do Rio; obras de saneamento a cargo dos municípios; destinação das águas envolvendo irrigação, uso industrial e abastecimento humano (disputas políticas e econômicas).

Considerando-se que os efeitos sobre o meio ambiente de intervenções como essa – que gerará uma bacia hidrográfica “artificial” no Nordeste Setentrional – são de caráter transgeracional, seria de esperar que o processo de revitalização do Rio e de outras bacias envolvidas na integração das águas merecesse uma cobertura mais freqüente e abrangente. Da mesma forma que problemas como o uso intenso das águas subterrâneas no pólo de fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte, que fez alguns poços secarem na estiagem de 2003.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, Sonia. Ciência, jornalismo e meio ambiente: confrontos discursivos. In: SOUSA, Cidoval M. (org.). **Jornalismo científico & desenvolvimento regional: estudos e experiências**. Campina Grande: EDUEPB, 2008. p. 168-180.

ALCOLEA, Carlos Cahán. **Últimas tendências em el periodismo ecológico**. Madrid: Ediciones FIE, 2008.

ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia**: as várias visões de um rio. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil. Agosto, 2002. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata\\_andrade.pdf](http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf)

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação e jornalismo ambiental: conceitos e reflexões. In: Bueno, W. da C.. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. P.11-54.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
(Universidade Federal do Maranhão, São Luís), novembro de 2010

.....

COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. 2<sup>nd</sup>. ed. London: Sage, 2010.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote/ NEJRS, 2008.

HERNANDO, José A.A. **El tratamiento de la información ambiental: los retos del periodismo ecológico**. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/87/58/>

PARRAT, Sonia F. **Medios de comunicación y medio ambiente**. Madrid: Editorial Fragua Libros, 2008

POOL de Jornais do Nordeste. Recursos hídricos. **Cadernos do Nordeste**, nº1, junho de 2000. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/indice\\_junho.htm](http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/indice_junho.htm)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Nota conceitual: a centralidade do conceito de território para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo. In: Porto-Gonçalves, C. W.. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 287-298

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A construção da geopolítica do desenvolvimento sustentável e seu neoliberalismo ambiental. In: Porto-Gonçalves, C. W.. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 299-324

REYS, Rogelio F.. **Em torno al debate sobre la definicion del periodismo ambiental**. Ambitos, nº especial 9-10, 2º semestre 2002/ año 2003 (p.143-151)

SIQUEIRA, Rubem. **De Sobradinho à transposição: para onde corre o São Francisco? I** Encontro Ciencias Sociales e Represas e II Encontro Ciências Sociais e Barragens. Salvador, 22 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.gilvander.org.br/Sobradinho.htm>

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2009.